

Economic Policy Reforms
Going for Growth - 2006 Edition

Summary in Portuguese

Reformas Políticas Econômicas
Rumo ao Desenvolvimento - Edição 2006

Sumário em Português

Sumário

Nas duas últimas décadas, o padrão de vida em vários países da OCDE, sobretudo no Japão e em alguns centros econômicos da Europa Continental, ficou muito abaixo do melhor desempenho. Ao mesmo tempo, houve uma melhoria do desenvolvimento potencial em outros países da OCDE. Esse desempenho divergente assegura lições políticas de como melhor incentivar o desenvolvimento sustentado do padrão de vida.

A primeira edição de *Rumo ao Desenvolvimento*, publicada no ano passado, apresentou algumas dessas lições. Com ela, inaugurou-se uma nova forma de supervisão através da avaliação comparativa, que vem complementar as pesquisas anteriores dos países da OCDE e de alguns setores específicos. Um conjunto de cinco recomendações políticas é produzido para cada país membro da OCDE, através da utilização de indicadores políticos estruturais, vinculados ao desempenho econômico de maneira bem estabelecida, fundamentados na análise detalhada dos comitês e do pessoal da OCDE.

Na edição do ano passado, foram enfatizados a mão-de-obra e os mercados de produtos. Esta segunda edição evidencia o progresso ocorrido nessas áreas. Além disso, amplia o alcance dos indicadores que sustentam a prática da avaliação estrutural, para levar em consideração as políticas que estimulam as inovações, sempre reconhecida como um dos motores principais do desenvolvimento. No mesmo espírito, embora mais temporariamente, esta edição de *Rumo ao Desenvolvimento* também aborda como a regulamentação das atividades nessa área afeta o desenvolvimento econômico. Finalmente, deve-se retroceder um pouco, para se fazer uma reflexão sobre os parâmetros utilizados no processo de avaliação para a mensuração do sucesso.

O *Capítulo 1* apresenta uma síntese do progresso alcançado pelos países no ano passado ao tomarem medidas alinhadas com as políticas prioritárias identificadas na edição 2005 de *Rumo ao Desenvolvimento*. O progresso na reforma de políticas para melhorar o desempenho da produtividade da

mão-de-obra e da utilização da mão-de-obra é revisado em função das principais descobertas, a seguir resumidas:

- Respeitando-se as prioridades políticas para aumentar a produtividade da mão-de-obra, o deslocamento compatível com as políticas prioritárias identificadas está em andamento ou já foi realizado em relação ao abrandamento dos controles sobre as entradas nos mercados de produtos e de outras regulamentações visando a diminuir a concorrência, reforçando a formação do capital humano e reformando muitas outras áreas políticas que afetam a produtividade da mão-de-obra.
- Respeitando-se as prioridades políticas para aumentar a utilização da mão-de-obra, as reformas alinhadas com as prioridades políticas identificadas, especialmente para os países da Europa Continental, não foram, na maioria dos casos, nem implementadas nem planejadas. Por exemplo, algumas mudanças estão em andamento para reduzir os ainda elevados impostos indiretos sobre o trabalho a partir de certa idade, as diferenças de impostos e os pisos dos custos da mão-de-obra. Pode-se observar uma grande tendência de reformas nas áreas dos sistemas previdenciários para a invalidez e para as doenças.

A síntese é fundamentada nas observações feitas por cada país da OCDE (assim como nos da União Européia, como um todo), que dão maiores detalhes sobre o andamento de cada uma das cinco prioridades específicas (*Capítulo 2*). Além da aprovação da legislação ou de outras decisões visando à implementação das reformas, cada país indica no documento as etapas precedentes das reformas, tais como declarações governamentais e projetos de legislação apresentados aos parlamentos.

O *Capítulo 3* apresenta uma comparação dos esforços de inovação e dos resultados obtidos entre os países, assim como das principais áreas políticas que tiveram influência sobre esses resultados. Durante muito tempo, a inovação foi uma fonte vital de desenvolvimento dos padrões de vida materiais, mas as conseqüências dos esforços de inovação são geralmente muito incertas e os benefícios para o conjunto da sociedade podem exceder os das empresas privadas. Portanto, para estimular a inovação, os governos podem implementar várias medidas, como o apoio financeiro aos projetos privados de P&D e o financiamento da pesquisa nas instituições públicas. A legislação relativa às patentes e às outras medidas vigentes fornece também indicadores limitados no tempo, e direitos exclusivos sobre a exploração da sua inovação.

Nos últimos anos, foi dada uma maior atenção política ao aumento da eficiência destas e de outras medidas, que visam à melhoria da eficiência dos sistemas de inovação. Isto provocou não somente o refinamento dos instrumentos destinados a financiar a P&D, mas também a implementação das políticas visando a reforçar as interações entre as organizações públicas de pesquisa e a indústria.

A análise dos principais fatores de inovação examinada no *Capítulo 3* foi utilizada para identificar um conjunto de recomendações políticas específicas de cada país para incentivar a inovação. Essas recomendações destinadas a todos os países da OCDE são formuladas nas observações inerentes a cada país, indicadas no *Capítulo 4*. Foi adotada a mesma abordagem para a mão-de-obra e para os mercados de produtos: a identificação das fragilidades das ferramentas políticas, associadas ao desempenho da inovação abaixo da média ou das fragilidades dos fatores de inovação (tais como as competências ou as condições financeiras) é levada em consideração para sugerir que são necessárias reformas para se aproximar de melhores práticas.

Observando-se os resultados da inovação e as recomendações políticas identificadas, surgem os seguintes grupos de países:

- Entre os líderes na inovação estão os países nórdicos, os Estados-Unidos e o Japão. A maioria deles beneficiou-se de um forte crescimento da produtividade nas últimas décadas (o Japão constituindo-se uma exceção). E a maioria deles demonstra altos índices de graduação no Ensino Superior. Muitos enfrentam, porém, o desafio de estimular a inovação nos serviços.
- Do outro lado da amostra do desempenho na inovação, são necessárias melhorias na educação dos países do sul da Europa, e uma concorrência superior nos mercados de produtos na Europa Central.
- No centro, encontram-se os países de língua inglesa, excetuando-se os Estados-Unidos, nos quais o desempenho da produtividade tem sido geralmente bom. Aqui, o desafio comum consiste em reforçar os vínculos entre a pesquisa pública e a indústria.
- Os demais países – entre outros, a França e a Alemanha – tendem a mostrar um desempenho na inovação acima da média, mas precisam reforçar o Ensino Superior. A maioria também pode melhorar a rentabilidade das medidas financeiras tomadas para apoiar o setor privado de P&D.

O *Capítulo 5* projeta alguma luz no vínculo entre a regulamentação do mercado financeiro e o crescimento econômico. Constatam-se que os sistemas financeiros diferem substancialmente entre os países da OCDE em termos de tamanho global, estrutura, assim como no nível de pressão de competitividade prevalecente nos mercados bancários e de ações. De um certo modo, essas variações refletem as diferenças nos suportes reguladores. Em particular, as ferramentas reguladoras que mantêm barreiras excessivamente altas à concorrência bancária, ou que fornecem uma proteção demasiadamente baixa aos investidores nos mercados de ações, dificultam o desenvolvimento dos sistemas financeiros, resultando num baixo crescimento econômico. Na verdade, o Capítulo faz um relato das descobertas resultantes de uma análise empírica, que demonstram que os setores que mais dependem das finanças externas crescem mais rapidamente nos países em que a regulação tende mais para o desenvolvimento financeiro.

O *Capítulo 6* avalia em que medida o PIB per capita serve como um passaporte razoável para o bem-estar geral. Outras áreas discutíveis de avaliação das contas nacionais seriam convenientemente melhores para esse fim, mas elas não estão facilmente disponíveis e, na maioria dos países da OCDE, elas estão, em alguns casos, estreitamente ligadas ao PIB. Cálculos ilustrativos para “expandir” o PIB, incluindo-se o tempo de lazer, a distribuição da renda familiar e as preocupações com a distribuição sugerem que, nesses países, as classificações fundamentadas nesses indicadores e no PIB per capita são geralmente similares. De modo geral, o PIB per capita continua sendo essencial para qualquer avaliação do bem-estar, mas precisa ser complementado com outras medidas para que se tenha uma imagem compreensível do bem-estar.

© OECD 2006

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilíngües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

